

## SOCIEDADE, SOCIEDADES: EPISTEMOLOGIA PARA ESTABELEECER PRINCIPIOS DE UMA TEORIA SOCIAL DA ENUNCIÇÃO

**Silvana Silva<sup>1</sup>**

**Bárbara Malcorra<sup>2</sup>**

**Resumo:** Em “Estrutura da língua, estrutura da sociedade”, encontramos uma das afirmações do linguista Émile Benveniste mais criticadas por algumas vertentes da Sociologia, qual seja, a de que a língua inclui a sociedade, mas que a sociedade não inclui a língua. (PLG I, p. 98). Não pretendemos analisar detidamente tal crítica. Este artigo procura estabelecer os fundamentos epistemológicos para a discussão e a formação conceitual de uma rede conceitual em torno da noção de “sociedade” a partir do ponto de vista de uma teoria da linguagem. (BOUQUET, 1998; FLORES, 2005; NORMAND, 2006; NORMAND, 2009). Inicialmente, apresentamos uma discussão epistemológica sobre a necessidade de se constituir seja uma “linguística”, seja uma “teoria” da enunciação para pensar as relações entre língua e sociedade. (FLORES, 2001; FLORES, 2012; FLORES, 2013; TEIXEIRA, 2000). Em seguida, faremos uma leitura de alguns dos textos de Benveniste que abordam a noção da sociedade, a saber, os capítulos “Cidades, comunidades” e “A hospitalidade” de O vocabulário das instituições indo-europeias I. Essa leitura serve para elaborar Princípios de uma Teoria Social da Enunciação, entre os quais, o de que noção de sociabilidade depende da capacidade de um povo produzir em sua língua dupla designação para si mesmo a partir de sua ‘pátria’ e a partir do ‘estrangeiro’.

**Palavras-chave:** História das ideias linguísticas, Émile Benveniste, Epistemologia da linguística. Teoria Social da Enunciação.

**Abstract:** In "Language Structure, structure of society", we find one of the linguist Émile Benveniste's claims most criticized by some aspects of sociology, namely, that the language includes society, but that society does not include the language. (PLG I, p. 98). We do not intend to analyze carefully such criticism. This article seeks to establish the epistemological basis for discussion and conceptual formation of a conceptual network around the notion of "society" from the point of view of a theory of language. (BOUQUET, 1998; FLORES, 2005; NORMAND, 2006; NORMAND, 2009). Initially, we present an epistemological discussion of the need to constitute either a "linguistic" or a "theory" of enunciation to think about the relationship between language and society. (Flores, 2001; FLORES, 2012; FLORES, 2013; TEIXEIRA, 2000). Then we will read some of Benveniste texts that address the notion of society, namely the chapters "Cities, communities" and "Hospitality" of Vocabulary of the Indo-European institutions I. This reading will serve to draw principles of Social Theory of Enunciation, that is, the notion of sociability depends on the capacity of people producing em his language a double designation to themself from his ‘country’ and from ‘abroad’.

**Keywords:** History of linguistic ideas, Émile Benveniste, Epistemology of linguistics, Social Theory of Enunciation.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Curso de Letras – UFRGS. E-mail: [ssilvana2011@gmail.com](mailto:ssilvana2011@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Linguística. – PUCRS. E-mail: [barbara.malcorra@acad.pucrs.br](mailto:barbara.malcorra@acad.pucrs.br).

## **Problematizando a questão da sociedade na língua: uma (outra) epistemologia para o campo de estudos enunciativos**

Em “Estrutura da língua, estrutura da sociedade”, Émile Benveniste faz uma afirmação polêmica: “é impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas manifestações linguísticas. Nesse sentido, a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta”. (1989, p. 98). Sociólogos e antropólogos de diversas orientações teóricas tendem a discordar de tal afirmação, uma vez que ela parece negar a autonomia de seus respectivos objetos e campos de estudo, a sociedade e a cultura. Longe de discutir a configuração epistemológica de tais áreas das Ciências Humanas, nosso propósito é construir um ponto de vista pertinente a uma “teoria da linguagem”.

Flores (2005) apresenta uma leitura peculiar e profícua de Benveniste: nele reconhece um pensamento complexo composto de três faces, a saber, uma epistemológica, uma interdisciplinar e uma metafísica. A terceira face, também chamada de filosofia da linguagem,

[...] trata-se de um jeito de ver a linguagem completamente diferente do vigente à época. Há prospecção de uma nova linguística: a da enunciação. Desnecessário dizer que sob a égide da terceira face está a reflexão comumente denominada pelo termo ‘teoria da enunciação’. (FLORES, 2005, p. 132).

Dessa citação, acreditamos ser relevante estabelecer mais claramente as relações entre uma “teoria” e uma “linguística”: uma linguística advém simplesmente de uma teoria, ou é possível também que uma linguística constitua *um* ponto de vista singular sobre uma teoria? Mais adiante, faremos uma discussão epistemológica sobre as relações e as diferenças entre os termos “teoria(s) da enunciação” e “linguística da enunciação”.

Recordemos inicialmente a discussão de Normand (2009) sobre a linguística proposta por Ferdinand de Saussure. Uma das teses de Normand é de que a ruptura de Saussure com as práticas linguísticas de sua época deve-se a sua assunção de uma “teoria linguística”, isto é, o pensar das próprias condições do fazer linguístico, uma epistemologia. Em suas palavras:

Interrogar-se sobre o que se faz em uma descrição e em uma reflexão sobre uma língua, buscar qual é o modo de proceder adequado, é tomar uma posição epistemológica. Um linguista, que não é um ‘observador superficial’, pode, no entanto, contentar-se em aplicar o método provado que ele adquiriu e experimentou com sucesso; mas, ao fazê-lo, adota um ‘ponto de vista’, mesmo que acredite estar apenas se submetendo aos ‘fatos’. (NORMAND, 2009, p. 35).

Atento, de certa forma, a esse fato, Benveniste (1989, p. 43), em artigo intitulado “Saussure após meio século”, escreve que a posição epistemológica de Saussure sobre a linguagem é, sempre, dupla, isto é, tudo se define pela relação dual entre dois termos (som e sentido; indivíduo e sociedade; língua e fala; material e não-substancial; “memorial” e sintagmático; identidade e oposição, sincrônico e diacrônico, etc.).

Assim, entendemos que Benveniste adota, antes de qualquer coisa, a preocupação epistemológica de Saussure de definir pontos de vista de análise e princípios teóricos antes de empreender a análise propriamente dita. Um dos mais importantes princípios, tanto para Saussure quanto para Benveniste,<sup>3</sup> é o *princípio semiológico*, o da língua como realidade dupla, cujo desdobramento que interessa a nós está esboçado no artigo que ele escreve sobre Saussure, da seguinte forma:

Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como ‘língua’. Analistas da sociedade perguntam-se se determinadas estruturas sociais, ou, em outro plano, esses discursos complexos que são os mitos não deveriam considerar-se como significantes cujos significados seria preciso procurar. Essas investigações inovadoras levam a crer que o caráter natural da língua, de ser composta de signos, poderia ser comum ao conjunto de fenômenos sociais que constituem a *cultura*. (BENVENISTE, 1989, p. 47, grifo do autor).

Com essa citação, vemos que Benveniste nos alerta que os próprios sociólogos e antropólogos já se preocuparam em tomar seus objetos de pesquisa como sistema de signos, como estrutura complexa de signos, enquanto, de alguma maneira, os linguistas de seu tempo ainda estão preocupados com as questões da “pureza formal” da língua. Esclarecendo: a Linguística, ou melhor, a Teoria da Linguagem deveria também se debruçar sobre o princípio semiológico e propor uma visão sobre “sociedade” e termos correlatos a partir de sua própria perspectiva.

No entanto, é indispensável levar em consideração a desconfiança de Normand (2006) sobre as relações entre Saussure e Benveniste acerca da existência de um “projeto semiológico”. Para Normand (2006, p. 77), em Benveniste, o projeto semiológico de Saussure “s’em trouve profondément modifié. Saussure annonçait sans emphase une science générale des systèmes de signes et seuls les manuscrits nous apprenent à quel point il en fut préoccupé”<sup>4</sup>. Uma importante divergência situa-se, segundo a autora, no artigo “Natureza do

---

<sup>3</sup> Silva e Barros (2015) propõem a hipótese de que a semiologia da língua em Benveniste é uma resposta epistemológica às relações entre linguística e epistemologia em Saussure.

<sup>4</sup> Tradução nossa: “encontra-se profundamente modificado. Saussure anunciava sem ênfase uma ciência geral de sistemas de signos e somente os manuscritos nos mostram até que ponto ele estava preocupado”.

signo linguístico” de Benveniste. A “confusão” apontada por Benveniste na discussão sobre “referência” no CLG abre um precedente para se perceber diferentes posicionamentos sobre as relações sistemáticas entre signos para os autores: enquanto para Saussure a relação entre signos é contingente, para Benveniste é necessária. Em seguida, Normand (2006) ratifica tal posição ao questionar a relação entre *semiologia* e a *significação*, esse poder misterioso que interroga o próprio Benveniste em inúmeros artigos (“A forma e o sentido na linguagem”, 1990, e mesmo no metódico “Os níveis de análise linguística”, 1989). Nas palavras da autora,

Saussure, bien que ‘dépassé’, aurait-il laissé des traces de son inquiétude? La sémiologie, cette utopie positiviste, serait-elle impuissante à enfermer dans une description maîtrisée le ‘tourbillon socio-historique’ des langues et des cultures?. (NORMAND, 2006, p. 78)<sup>5</sup>.

Concordamos com Normand (2006) sobre a existência de diferenças fundamentais entre os autores quanto ao tratamento do signo em cada teoria. Em Silva (2005, p. 79), afirmamos que Benveniste busca, de fato, uma “teoria da linguagem” – e não tanto uma teoria linguística. Sobre o debate Saussure e Benveniste ou Saussure versus Benveniste, Flores (2013, p. 53) admite que “Benveniste opta, então, por uma nova definição de signo”. No entanto, o linguista, diferentemente de Normand (2006), valoriza mais fortemente as afirmações dos manuscritos saussurianos:

[...] convém insistir na questão, uma vez que, como se sabe, em momento posterior à publicação de *Natureza do signo linguístico*, são feitas publicações que se dedicam a inventariar os manuscritos saussurianos, chegando-se, com elas, inclusive, a pôr em dúvida as informações constantes no CLG, fonte de Benveniste nesse artigo. (FLORES, 2013, p. 55, grifo do autor).

Entendemos, de acordo com Flores (2013), que existem fases historicamente constituídas de pensamento sobre o signo, a significação e a constituição ou não de um projeto semiológico tanto em Saussure quanto em Benveniste. Uma hipótese radical nos é, então, imposta: no debate sobre a natureza do signo, é somente concebendo-o como princípio radicalmente necessário e não puramente arbitrário ou contingente que se pode propor uma relação entre língua e sociedade. É também considerando a pertinência de um princípio semiológico em Saussure e um projeto semiológico em Benveniste que se articula, então, a possibilidade de se pensar efetivamente as relações entre língua e sociedade. Ou seja, a sobreposição de um princípio de necessidade sobre um princípio de arbitrariedade. A título de

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: “Saussure, ainda que ultrapassado, terá deixado traços de sua inquietude? A semiologia, essa utopia positivista, seria ela impotente a constituir uma descrição satisfatória do “turbilhão sócio-histórico” de línguas e culturas?” (Normand, 2006, p. 78).

confirmação, trazemos uma reflexão do *Curso de linguística geral* (capítulo “Imutabilidade e mutabilidade do signo”, p. 92-3):

Como o signo linguístico é arbitrário, pareceria que a língua, assim definida, é um sistema livre, organizável a vontade, dependendo unicamente de um princípio racional. **Seu caráter social não se opõe precisamente a esse ponto de vista.** [...] E, todavia, não é isso que nos impede de ver a língua como uma simples convenção modificável conforme o arbitrário dos interessados, é a ação do tempo que se combina com a da força social; fora do tempo, a realidade linguística não é completa e nenhuma conclusão se faz possível. Se se tomasse a língua no tempo, sem a massa falante não se registraria nenhuma alteração; o tempo não agiria sobre ela. Inversamente, se se considerasse a massa falante sem o tempo, não se veria o efeito das forças sociais agindo sobre a língua. [...] A língua já agora não é livre, porque o tempo permitirá às forças sociais que atuam sobre ela desenvolver seus efeitos, e **chega-se assim ao princípio da continuidade que anula a liberdade.** (2006, p. 92-93, grifo nosso).

Nessa citação, observamos que o “caráter social da língua” não se opõe à “livre organização dos indivíduos” e sim se opõe à combinação do tempo à “organização dos indivíduos” em sua relação com a “língua”. É a dimensão do tempo que, atuando sobre a “massa falante”, *submete o princípio da arbitrariedade do signo linguístico ao princípio da continuidade do signo*<sup>6</sup>.

Delineadas as perspectivas epistemológicas das relações entre língua e sociedade sobre as quais traçaremos nossa leitura, uma questão de ordem metodológica também se impõe: por onde começar? Que textos de Benveniste devem ser abordados e qual a ordem mais adequada? Flores (2013) propõe, dentre as “sugestões de temas para debate”, que o estudo das relações entre língua, indivíduo e sociedade poderia começar em “Estrutura da língua, estrutura da sociedade” e que não deveria se deixar de associá-lo à seção *Léxico e cultura*, mas que o “começo, certamente, deveria se dar com o texto *Dom e troca no vocabulário indo-europeu*”. (FLORES, 2013, p. 120, grifo do autor). Concordamos parcialmente com o autor, uma vez que o tema da “sociedade” está, a nosso ver, muito mais difundido no sistema de pensamento de Benveniste do que suspeitamos até agora. Basta lembrar que todo o primeiro tomo de *Vocabulário das instituições indo-europeias* versa sobre relações sociais internas à língua. No entanto, concordamos com o autor quando este diz que o texto “Dom e troca” traz certamente considerações fundamentais para se pensar uma visão de sociedade para o linguista. Nesse artigo, encontramos a noção de *reciprocidade*, que aparece em vários artigos

---

<sup>6</sup> Um aspecto que agora nos chama atenção é uma particularidade da relação entre o título do capítulo Imutabilidade e mutabilidade do signo e o imediatamente anterior, qual seja, Natureza do signo linguístico. Observamos que o adjetivo “linguístico” não é aparece no título do capítulo em que se discute as relações entre língua e sociedade. Mais um problema de “edição” de Bally e Sechehaye e/ou uma “dúvida” ou hesitação epistemológica do próprio Saussure?

de Benveniste que versam sobre a questão da sociedade. Dentre os artigos que exploram a questão da *reciprocidade* e que mantêm relações intertextuais mais ou menos explícitas com “Dom e troca” estão os seguintes: “Cidades, comunidades” (vocabulário I), “A hospitalidade” (vocabulário I) e “O escravo, o estrangeiro” (vocabulário I). No entanto, ainda devemos decidir de forma mais segura sobre a ordem de abordagem dos textos. Esta será matéria de discussão da seção 3.

Na próxima seção, apresentaremos uma discussão epistemológica sobre o status das relações entre uma ciência linguística e uma teoria social: é possível propor uma linguística ou uma teoria para o legado do pensamento benvenistianos? Badir (2014) problematiza lucidamente sobre essa questão, trazendo uma definição para a “unidade” que presidiria a noção de “linguística” ou mesmo de “teoria”:

Ceux qui se font les continuateurs de Benveniste opèrent donc tout autrement que celui-ci ne l’a fait lui-même. Benveniste ne saurait être un linguiste de l’énonciation, non pas évidemment parce qu’il entrerait en désaccord profond avec ce que l’on en a dit après lui, mais parce que la pensée qui est la sienne **ne repose nullement sur les présupposés d’historicité, de finalité sociale et de communauté originaire** qui sont, non sans légitimité, les nôtres aujourd’hui dans les études consacrées à l’énonciation<sup>7</sup>. (BADIR, 2014, p. 5, grifos nossos).

Tais reflexões poderiam nos dissuadir a propor articulações epistemológicas de maior alcance para *um* possível pensamento sobre sociedade em Benveniste. Devemos, no entanto, marcar muito bem esse “um”: se é verdade que Benveniste não nos legou um pensamento coeso sobre “enunciação” e tampouco sobre termos correlatos, é também verdade que é possível rastrear “momentos/fases” de seu pensamento. (FLORES, 2013). Na próxima seção, problematizaremos essa questão.

### **Balizagem epistemológica: é possível propor uma Teoria Social da (ou de) Enunciação?**

Antes de propor uma “Teoria Social da Enunciação”, é necessário recuperar a história da constituição da “linguística da enunciação” a partir do que se convencionou chamar “teoria” ou “teorias da enunciação”. O objetivo dessa recuperação não deve ser visto como ato de desconfiança ou como gesto de desconstrução; é mesmo o legado saussuriano de sempre se

---

<sup>7</sup> Tradução nossa: “Aqueles que se dizem continuadores de Benveniste operam de forma totalmente diferente do que ele teria feito. Benveniste não saberia ser um linguista da enunciação, não evidentemente porque ele entraria em desacordo profundo com o que dissemos dele, mas seu pensamento não repousa sobre pressupostos de historicidade, de finalidade histórica e de comunidade originária que são, não sem legitimidade, os nossos pressupostos hoje, nos estudos consagrados à enunciação” (Badir, 2014, p. 4).

questionar sobre qual ponto de vista interrogamos a linguagem. Teríamos uma “Teoria” ou uma “Linguística Social da Enunciação”? E, em qualquer um dos casos seria “da Enunciação” ou “de Enunciação”, seguindo a proposição de Silva (no prelo)?

Selecionamos momentos/reflexões para realizar esse objetivo: Teixeira (2000), Flores (2001), Flores e Teixeira (2005), Flores (2012) e Flores (2013), Silva (no prelo). Buscaremos captar os movimentos, as sutilezas, as hesitações e as respostas dadas pelo autor em diferentes momentos de sua reflexão, procurando estabelecer concomitantemente nossa percepção da questão. Opor “linguística” à “teoria” é, por hora, um artefato argumentativo cuja operação principal é fazer relevo para assegurar uma “paisagem”, antes de decidir onde iremos nos situar. Ainda que Flores nos advirta que “Benveniste não parece ter intencionado escrever uma Teoria da Enunciação”, ainda assim refere-se mais adiante ao pensamento do autor como “teoria”: “quero dizer que é possível trabalhar com momentos da ‘teoria’”. (FLORES, 2012, p. 153). Sua primeira afirmação, de caráter didático, contradiz seu ato de dizer? Tal “lapso” revela, a nosso ver, que é ainda necessário discutir mais detidamente a nomeação “teoria” e/ou “linguística” da enunciação.

Teixeira (2000, p. 102), apoiando-se em Flores (1997), questiona-se sobre o que significa a cientificidade da linguística. Em suas palavras, “a linguística coloca-se assim como uma totalidade na ordem dos saberes, porque tem método e objeto próprios.” Traz ainda as reflexões de Milner em *O amor da língua*, para quem

Saussure busca autorizar uma ciência referindo-se aos princípios que lhe permitem o reconhecimento como *figura ideal*. Isso implica conceber a língua como completude, sustentada justamente no fato de não ser falada por ninguém cujo ser seja especificável. A língua adquire assim a consistência própria do imaginário e sua totalidade é aí aquela de um fantasma. [...] a linguística elimina a sua relação com o *equivoco*. (TEIXEIRA, 2000, p. 103, grifo da autora).

A equivocidade da língua, Teixeira (2000) deixa claro, não é abarcada pela linguística. Flores (2001), por sua vez, considera o termo “teorias da enunciação” e o atribui a diferentes autores do campo (Bally, Bakhtin, Benveniste, entre outros); considera ainda o sintagma “linguística da enunciação” como inclusão no “objeto da linguística questões como subjetividade, referência, dêixis, contexto, modalização, entre outras”. (FLORES, 2001, p. 11). Entre uma e outra posição e considerando a atual discussão sobre a complexidade da obra de Benveniste, em especial a partir do estudo cronológico de Ono (2007), adotamos a concepção de Teixeira (2000), para quem, pelo que foi possível entender, abandona a

unicidade em torno tanto do termo “teoria da enunciação” quanto de “linguística da enunciação”.

A questão da cientificidade da linguística retorna em Flores e Teixeira (2005, p. 100), porém, dessa vez, de forma talvez menos radical do que Teixeira (2000). Vejamos uma citação a título de ilustração:

[...] a concepção de ciência que interessa a uma área do conhecimento pode não ser a que interessa a outros setores. A linguística da enunciação não pode ser avaliada com os padrões de cientificidade referentes a uma linguística gerativa, por exemplo. [...] na linguística da enunciação trata-se de um objeto no qual se inclui o sujeito, portanto algo do campo da irrepetibilidade.

Apesar dessa posição moderada, entendemos que simplesmente afirmar a inclusão do “sujeito” na reflexão da linguística não resolve o problema da pesquisa, em especial o problema metodológico-analítico. Quem garante que etiquetar uma análise “enunciativa” traria procedimentos realmente diferentes de outras áreas da ciência linguística? Nesse sentido, propomos pensar que o termo teoria da enunciação possa fazer referência a esse espaço de “equivoco” da análise, de dúvida sobre procedimentos metodológicos e analíticos. Espaço em que o analista da enunciação volta-se sobre suas “discussões”, “análises” e se pergunta: “e se fossem utilizadas outras categorias analíticas?”.

Flores (2013, p. 29-30) ratifica a posição já expressa em Flores (2012): “continuarei utilizando a palavra teoria para me referir à reflexão sobre a enunciação desenvolvida por Émile Benveniste. No entanto espero ter deixado claro que não tomo esse termo no sentido de um modelo acabado”.

Para encerrar o debate, trazemos Silva (2016), pelo fato de esta problematizar o sintagma “linguística da enunciação” e propor o termo “linguística de enunciação”, ampliando, com isso, a discussão sobre a heterogeneidade conceitual no autor. A crítica de Silva (no prelo) à “linguística da enunciação” volta-se à sua tarefa de *explicação* da língua, tarefa essa a que se incumbiram as linguísticas de matriz formalizante. Recorrendo ao filósofo Dufour (2000), demonstra que a matriz de racionalidade do pensamento filosófico ocidental, além da *explicação*, possibilita um saber mais antigo, culturalmente enraizado, a *implicação*, isto é, aquela em que o “tu” proposto pelo “eu” não é somente o destino do dito, mas o suposto, o representado. Em estudo do texto “Da subjetividade na linguagem” de Benveniste, Silva (no prelo) constata a existência de, no mínimo, quatro lógicas implicativas, a saber, a lógica da influência de “eu” sobre “tu”; a lógica elíptica, espaço para não saber, o saber de novo, o re-significar; a lógica do eco, espaço para a formação do laço social; a lógica das

formas literárias simples. Embora Silva (no prelo) não defina precisamente o que seria uma “linguística de enunciação”, constata-se em sua leitura que ela deve considerar precisamente em seu dispositivo metodológico-analítico as diversas relações no devir do discurso entre *eu-tu* – uma proposta, enfim, para além das clássicas categorias de “pessoa”, “tempo” e “espaço”.

Como em nenhum dos autores abordados encontramos uma posição suficientemente satisfatória para o par teoria/linguística da (ou de) enunciação, tomaremos a seguinte posição, inspirada em Teixeira (2000): a teoria é um movimento de interrogação, de ‘exterioridade’ do linguístico e de seus princípios de análise.

### **Uma leitura sobre a noção de “sociedade” em Benveniste**

Segundo Benveniste (2005), quando, no processo enunciativo, nos propomos como sujeitos e, por conseguinte, transformamos a língua em discurso, percebemos a presença de uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Segundo ele, (2005, p. 286, grifo do autor),

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito* remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*.

O autor, com essa citação, ressalta os traços em comum que “eu” e “tu” apresentam e permite tratá-los como parte de um mesmo conjunto, isto é, a categoria de pessoa. Dessa forma, “eu” designa aquele que fala e, ao mesmo tempo, implica um enunciado sobre o “eu”, uma vez que, “dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim.” (BENVENISTE, 2005, p. 250, grifo do autor). Já no que se refere à segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por “eu” e não pode ser pensado fora de uma situação concebida a partir de “eu”. Disso decorre a terceira pessoa (“ele”), que designa diversas coisas do mundo, mas nunca alguém, daí a noção de “não pessoa”.

Assim, o autor evidencia o caráter de unicidade que a distinção entre pessoa e não pessoa apresenta, pois o “eu” que enuncia e o “tu” ao qual o “eu” se dirige são sempre únicos. Mello explicita assim a inversibilidade entre as duas pessoas do discurso, proposta por Benveniste:

[...] ao declarar-se eu, o locutor implanta diante de si um outro, tu (o alocutário), mas, no momento em que tu toma a palavra, torna-se eu. Existe, portanto, inversibilidade entre as duas pessoas do discurso, não havendo hegemonia de uma sobre a outra, mas alternância entre os protagonistas da enunciação. (MELLO, 2012, p. 46).

Em outras palavras, na enunciação, os papéis desempenhados por “eu” e “tu” são intercambiáveis, ao passo que não é possível reversibilidade com o “ele”. Essa possível inversibilidade assegura a intersubjetividade do discurso.

Vislumbramos, assim, uma estreita relação entre a noção de inversibilidade linguística e a noção de reciprocidade social, uma vez que em ambas o vínculo entre “eu” e “tu” é mediado por certa compensação, isto é, que eu me torne “tu” na alocação daquele que, por sua vez, se designa como “eu”, numa relação de reciprocidade. Ressaltamos, aqui, que o lugar do “eu”, instância vazia da língua, é preenchido, nas sociedades em que participa o locutor, pelos indicadores de subjetividade, sejam estes quais forem, considerando a relação semiológica língua/sociedade<sup>8</sup>. Essa relação nos remete às próximas seções, na qual discutiremos os textos “Cidades, comunidades” e “A hospitalidade”.

### **Cidades, comunidades: a relação língua e sociedade**

Apresentamos, a título de contextualização, um breve panorama de ideias em torno da noção de “comunidade”. Duranti (2000) nos informa que o problema da definição da “comunidade de fala” está desde já na Sociolinguística. Cita Blomfield, para quem a noção de “comunidade de fala” pode ser problemática porque é difícil estabelecer critérios que identifiquem o indivíduo em uma “comunidade”, uma vez que a passagem do tempo pode indicar que não se trata da mesma pessoa. Segue Duranti (2000) dizendo que o sociolinguista Labov enfrentou o problema da variabilidade humana e da não homogeneidade da fala

---

<sup>8</sup> Aqui, vale ressaltar a contribuição de Geertz (2014), em seu artigo *‘Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico*, em que o autor busca, através das formas simbólicas utilizadas pelo povo (palavras, imagens, instituições, comportamento etc.), identificar como as pessoas que vivem nas suas comunidades realmente se representam para si mesmas e para os outros. Neste trabalho, Geertz (2014) nos informa que na sociedade marroquina há o uso de um tipo de formação morfológica aplicada ao substantivo em um tipo de adjetivo relativo, chamado *nisba*. Depois de formadas as *nisbas* são incorporadas aos nomes das pessoas. A *nisba* indica a procedência do sujeito. As *nisbas* são utilizadas quando os homens e mulheres encontram-se em ambientes de negócios, em mercados, isto é, fora de sua aldeia. Na definição de Geertz (2014, p. 70): “Os ‘eus’ que se atropelam e se acotovelam nas ruelas de Sefrou adquirem sua definição através de relações associativas com a sociedade que os circunda, relações essas que lhes são atribuídas. São pessoas contextualizadas.” Geertz traz essa discussão para mostrar que é talvez uma pretensão ingênua do antropólogo querer conhecer a ‘perspectiva do nativo’, uma vez que ele mesmo produz para si uma ‘máscara social’. Essa discussão mostra, a nosso ver, que há uma sobreposição do fato linguístico (a possibilidade da ‘locução’) pelo fato social (a necessidade de ‘designar’ o outro de acordo com sua instância de enunciação).

estabelecendo a definição de que a comunidade se constitui como um conjunto de normas para o uso da língua, isto é, modelos compartilhados de variação e avaliação de condutas linguísticas. Ainda, Duranti (2000) nos informa que autores como Dorian discordam dessa definição e preferem entender *comunidade imaginada*, isto é, composta de pessoas que consideram a si mesmas como pertencentes a uma mesma língua. Por fim, Duranti (2000) afirma que Gumperz, por sua vez, propõe uma noção de comunidade como podendo ser monolíngue ou plurilíngue desde que se integre em modelos sociais de interação. Por fim, Duranti (2000) propõe sua definição de *comunidade*, a saber, “*el producto de las actividades comunicativas en las que participan un grupo de personas*”<sup>9</sup> (p. 122, grifos do autor). Essa definição “reconoce la naturaleza constitutiva del habla, como una actividad humana que no solo assume, sino construye ‘comunidad’”<sup>10</sup>. (DURANTI, 2000, p. 122). Como essa breve retomada, pretendemos demonstrar que nenhum dos autores problematiza diretamente o *fato linguístico* (KUHN, 2009) que constitui ou não a “comunidade”, isto é, propõe uma definição diretamente sobre a *dupla relação* entre atividade ou ação linguística-social e categorias subjacentes de língua (por exemplo, hierarquia, normatização, valores etc.).

É justamente essa dupla relação que é necessária estabelecer para se compreender o princípio básico da enunciação, qual seja, a relação entre referente e referido, enunciação e enunciado, ato de dizer e dito e, conseqüentemente, entre sociabilidade e fato social. Em “A natureza dos pronomes”, Benveniste é bastante enfático ao dizer que:

É preciso, assim, sublinhar este ponto: *eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí. [...]. Paralelamente, porém, é também enquanto instância de forma *eu* que deve se tomado; a forma *eu* só tem existência linguística no ato de palavras que a profere. Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido. (BENVENISTE, 1989, p. 279, grifos do autor).

Assim, propomos uma leitura de “Cidades e comunidades” a partir dessa dupla relação entre instância de referência e instância referida, isto é, da consideração da duplicidade do ‘eu’.

Benveniste, logo no início do texto “Cidades, comunidades”, ressalta que não existe, dentro dos limites do mundo indo-europeu, termo que designe a sociedade organizada. Existem, de fato, vários termos para áreas territoriais e sociais, que, desde a origem, mostram-

---

<sup>9</sup> Tradução nossa: “o produtor das atividades comunicativas de que participam um grupo de pessoas”.

<sup>10</sup> Tradução nossa: “reconhece a natureza constitutiva da fala, como uma atividade humana que não somente assume, senão constrói ‘comunidade’”.

se bastante complexas e apresentam uma variedade distinta para cada povo. Contudo, segundo o autor,

[...] há um termo comprovado no ocidente do mundo indo-europeu numa área considerável. Em itálico, mas fora do latim, esse termo é representado pela palavra úmbria *tota*, que significa ‘urbs’ ou ‘ciuitas’, ‘cidades’ (*ville*) ou ‘corpo de cidadãos’ (*cité*). (BENVENISTE, 1995, p. 358, grifo do autor).

Fica claro, assim, que há um termo para “cidade/sociedade” como um todo. Não existe uma distinção entre os dois termos, isto é, ambos participam da mesma noção.

Benveniste (1995) vai além e explica que da forma do alto-alemão antigo *deot* “Volk” deriva o adjetivo *diutisc*, com sufixo *-isc-*, transcrito em latim médio como *theodiscus*, que dá a origem do alemão *deutsch*. Com isso, o autor busca esclarecer que tal derivação designa, em primeiro lugar, a língua do país, isto é, a língua popular em oposição ao latim, a língua culta. Depois, torna-se o étnico de uma parte dos germanos, que se designam “aqueles do povo”, ou seja, aqueles de nossa comunidade, mesmo povo que nós. Em seguida, da evolução do termo *diutisc* surge o termo *deuten*, verbo derivado de *peudo*, povo, que significa popularizar, tornar acessível ao povo, e depois, em geral, explicar, interpretar.

Além disso, Benveniste mostra uma interessante divergência entre o báltico e o eslavo antigo, uma vez que o termo *teuta*, para os eslavos, caracteriza os povos germânicos, isto é, o estrangeiro. Percebemos aí que na forma eslava não continua um radical herdado, sendo derivada de um empréstimo tomado ao germânico, ou seja, para designar o “outro” nada melhor do que lhe emprestar a língua.

Segundo Benveniste (1995, p. 360, grifo do autor), o termo social *teutā* é “um abstrato primário em *\*-tā*, saído da raiz *\*teu-* ‘ser cheio, poderoso’”, que constitui em indo-iraniano o verbo “poder” e muitas outras formas nominais de mesma noção. Assim, *teutā* remete-nos à noção de poderoso, cheio de poder.

Já no indo-iraniano, o termo que designa sociedade é totalmente diverso do indo-europeu. Esse termo é *ārya*, visto primeiramente sob o aspecto étnico e depois sob o político. Benveniste explica que, em princípio, *ārya* designa qualificação social, depois remete à designação da comunidade. Aqui, é interessante ressaltar que nas épocas antigas toda a designação de caráter étnico se fazia por diferença e oposição, ou seja, em todo o nome que se dá a um povo, há a intenção de distingui-lo dos povos vizinhos, de afirmar uma superioridade linguística. Isso faz com que as noções de paz e guerra sejam diferentes entre sociedades antigas e modernas, uma vez que, segundo a designação étnica, o estado de guerra é o normal, já para a designação política, o estado de paz é a natural. (BENVENISTE, 1995).

Benveniste questiona o significado de *ārya* e apresenta, em seguida, alguns pontos do estudo do indianista alemão P. Thieme, que nos ajudam a definir o termo. Segundo esse estudo, *ārya* aplica-se a alguém designado ora como amigo, ora como inimigo, uma vez que

[...] *arí* é o ‘estrangeiro, amigo ou inimigo’. A partir de *arí*, o derivado *arya* significaria ‘que tem relação com o estrangeiro’, portanto ‘protetor do estrangeiro’, *gastlich*, donde também ‘senhor da casa’. Por fim, o derivado secundário de *arya*, *ārya*, significaria literalmente ‘que pertence aos hóspedes’; daí ‘hospitaleiro’. (BENVENISTE, 1995, p. 366, grifo do autor).

Dessa forma, os *ārya* teriam se denominados “hospitaleiros” a fim de se oporem à barbárie dos seus povos vizinhos, o que nos remete ao início da formação de uma comunidade.

No entanto, o autor discute a formação do termo procurando restaurar seu sentido social e étnico. Para ele, imaginar que os Aryas tenham se chamados de “os hospitaleiros” é ir contra a verossimilhança histórica, uma vez que não é dessa forma que um povo afirma sua individualidade em relação aos seus vizinhos, *hostis*. Segundo ele, *ārya* designa um homem do mesmo povo a que pertence o sujeito que fala. Esse homem não é considerado inimigo e não é jamais confundido com um bárbaro ou um estrangeiro.

Assim, embora a complexidade em definir sua etimologia, Benveniste apresenta uma ideia plausível da noção: “[...] os *arí* ou *arya* [...] formam uma classe certamente privilegiada da sociedade [...] mantendo relações de troca ou de rivalidade” (BENVENISTE, 1995, p. 366, grifo do autor), o que nos remete à próxima seção, na qual discutiremos o conceito de hospitalidade e sua relação com a língua, a sociedade e as relações de reciprocidade.

Logo, a argumentação de Benveniste nos leva a supor, a partir da análise das diferenças de formação linguística de povos indo-europeus (germânico, iraniano), que só há formação de *sociedade* se houver contato entre comunidades. Se a intersubjetividade é um princípio semântico de enunciação (FLORES, 1997), postulamos que a interssocialidade – expressa pela dupla designação social e étnica presente entre germânicos e vizinhos e ausente entre iranianos<sup>11</sup> – é um Primeiro Princípio de uma Teoria Social de Enunciação, isto é, a capacidade de um povo produzir em sua língua dupla designação para si mesmo a partir de

---

<sup>11</sup> Não é de se espantar a crítica social implícita aos povos iranianos, quando Benveniste afirma que: “Toda designação de caráter étnico, nas épocas antigas, se faz por diferença e oposição. No nome que se dá a um povo, há, manifesta ou não, a intenção de se distinguir dos povos vizinhos, de afirmar essa superioridade que consiste na posse de uma língua comum e inteligível. (...) Esse estado de coisas se deve a uma diferença – a que não se dá a devida atenção – entre as sociedades antigas e as sociedades modernas, no que tange às noções de guerra e paz. A relação entre o estado de paz e o estado de guerra é exatamente inversa na Antiguidade e na atualidade. A paz, para nós, é o estado normal, que é rompido por uma guerra; para os antigos, o estado normal é o estado de guerra.” (1995, p. 362).

sua ‘pátria’ e a partir do ‘vizinho’ ou ‘estrangeiro’. É somente quando o homem se coloca como instância de referência e instância referida que se constitui o princípio da sociabilidade humana.

### **A hospitalidade: a relação língua, sociedade e relações de reciprocidade**

Benveniste inicia o artigo “A hospitalidade” apresentando a raiz etimológica de “hóspede” em latim (*hostis* e *hospes -hosti-pet-*). O autor explica que, em princípio, *pet* significa identidade pessoal e, em seguida, apresenta a noção primitiva de *hostis*, que é a de igualdade por compensação, isto é, *hóstis* é “quem compensa minha dádiva com outra dádiva”. (BENVENISTE, 1995, p. 87, grifo do autor). Ligada a essa ideia de compensação, vemos a noção de reciprocidade, isto é, uma relação de troca entre eu-tu.

Benveniste explica que, durante certa época, *hóstis* foi empregado para designar “o hóspede”, no entanto, depois das relações de intercâmbio entre os clãs e as relações de exclusão dos *cuiutas*, o termo serviu também para designar “estrangeiro”, o que veremos mais adiante. A partir disso, o latim adotou um novo nome para hóspede: *hosti-pet*. Segundo Benveniste (1995, p. 87, grifo do autor), esse termo deve ser interpretado “a partir de um *hosti-* abstrato ‘hospitalidade’, significando por conseguinte ‘aqueles que personifica eminentemente a hospitalidade’”.

Com isso, o autor apresenta o que compreender ser *três níveis de hospitalidade*, que são: *dam patih* (senhor da casa); *vis patih* (senhor do clã) e *jās patih* (senhor da descendência). Esses níveis de hospitalidade, podemos dizer, implicam diretamente níveis de formações sociais, diferentes para cada indivíduo.

Benveniste segue e diz que o termo *potis* tomou sentidos muito diferentes em dois pontos da área indo-europeia. No lituano, *potis* forneceu o adjetivo *pats*, “senhor”, e, paralelamente, adquiriu também o sentido de “seu próprio”, “de si mesmo”. O autor então questiona de que forma uma palavra significando “senhor” possa vir a significar identidade e traz um exemplo vindo do hitita, que não tem uma partícula que estabeleça relação de identidade. O emprego dessa partícula, então, corresponde ao sentido de *pótis* em lituano e iraniano. Constata-se, assim, a sobrevivência de um emprego de *pot* para marcar a própria pessoa, um índice importante que nos revela a significação própria de *pótis*. Dessa forma, Benveniste mostra que

[...] assim como é difícil conceber que uma palavra designando ‘o senhor’ tenha se enfraquecido a ponto de significar ‘ele mesmo’, da mesma forma compreende-se que um adjetivo marcando a identidade da pessoa, significando ‘ele mesmo’ tenha assumido o sentido próprio de ‘senhor’. (BENVENISTE, 1995, p. 88).

Esse processo, que, para Benveniste, elucida a formação de um conceito de instituição, verifica-se em outras partes também, uma vez que várias línguas designam “o senhor” com um termo significando “ele (si) mesmo”. O autor explica que, para que um adjetivo que significa “ele mesmo” se amplie e se torne mais ampla, é preciso uma condição; que, segundo ele, é um círculo fechado de pessoas que sejam subordinadas a alguém que assuma a identidade completa do grupo a ponto de sintetizá-la em si mesmo, alguém que assuma uma representação que lhe confere autoridade, ou seja, um líder, um chefe, alguém por si só.

Em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste associa a subjetividade à natureza da linguagem e não da língua. Segundo ele, “a linguagem ensina a própria definição de homem”. (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Benveniste retoma o termo *hospes* a fim de estudar o termo *hostis*, que corresponde ao gótico *gasts*. No entanto, *gasts* refere-se a hóspede, enquanto que *hostis* refere-se a inimigo. Ambos são derivados de “estrangeiro”, sendo estrangeiro favorável é hóspede e estrangeiro hostil é inimigo.

Benveniste busca o auxílio dos próprios autores latinos e esclarece que *hostis* não remete a estrangeiro, nem a inimigo, mas sim a alguém a quem foi prometido um serviço recíproco. *Hostis*, nesse sentido, não é um estrangeiro em geral, mas sim um estrangeiro que possui direitos iguais aos dos cidadãos romanos. Esse reconhecimento de direitos implica certa relação de reciprocidade, que supõe uma convenção: não se chama *hostis* a qualquer indivíduo que não romano, há, pois, “um vínculo de igualdade e de reciprocidade entre *este* estrangeiro e o cidadão de Roma, o que pode conduzir à noção precisa de hospitalidade”. (BENVENISTE, 1995, p. 93, grifo do autor).

A hospitalidade, assim, está ligada à ideia “de que um homem está ligado a outro (*hostis* tem sempre um valor recíproco) pela obrigação de compensar um certo préstimo de que foi beneficiário”. (BENVENISTE, 1995, p. 94).

Vale ressaltar que o termo *hostis* apresenta também relação com outro termo: o latino *mōnus*. Esse termo, que tem sentido de “dever, encargo social”, formou derivados como *mōnis*, que se refere ao dom que obriga a uma troca, *immōnis*, que se refere àquele que não cumpre essa obrigação de retribuir, e *commōnis*, que Benveniste denomina como aquele que “tem *mōnia* em comum”. (BENVENISTE, 1995, p. 96). Dessa forma, segundo o autor,

“quando esse sistema de compensação atua dentro de um mesmo círculo, ele determina uma ‘comunidade’, um conjunto de homens unidos por esse laço de reciprocidade”. (BENVENISTE, 1995, p. 96).

A dupla relação entre ‘níveis de sociedade/sociabilidade’ (ser hóspede da cidade, da casa ou da família) e o sistema de compensação e reciprocidade de dom e troca estabelecido numa relação de hospedagem qualquer nos levam a propor o Segundo Princípio: se do ponto de vista linguístico, a inversibilidade, a troca de turno da palavra do par *eu-tu* é aspecto fundamental da comunicação humana; do ponto de vista social, a *reciprocidade* do par doador/donatário é aspecto fundamental das relações sociais.

### **Síntese/Princípios para uma Teoria Social da Enunciação**

Acreditamos que a leitura de cada capítulo do livro *Sociedade* da obra *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias* permite-nos esboçar um ou mais de um princípio para uma visão social de Benveniste da língua. Neste artigo, realizamos um primeiro exercício de leitura. De nossa leitura, inicial, retiramos um princípio para cada capítulo apresentado. É o momento de pô-los em relação.

Dissemos, a partir da leitura de ‘Cidades, comunidades’ que a noção de sociabilidade depende de uma condição de linguagem: a capacidade de um povo produzir em sua língua *dupla designação* para si mesmo a partir de sua ‘pátria’ e a partir do ‘vizinho’ ou ‘estrangeiro’, sendo somente quando o homem se coloca como locutor simultaneamente em uma instância de referência e uma instância referida que se constitui o princípio da sociabilidade humana. Segundo Benveniste, é sempre bom lembrar que a auto-referência funda a referência, o falar de. Assim, compreendemos que se dupla auto-referência é condição da interssocialidade, também é verdade que a interssocialidade é condição da reciprocidade, isto é, das trocas de bens e objetos, ‘hospitalidades’ e outras amabilidades. Nesse sentido, é possível compreender a discussão que fizemos no item 2 sobre a relação entre teoria/linguística: é somente quando o homem se interroga, teoriza sobre sua condição diante do outro - seja esse amigo, inimigo, vizinho, hóspede - é que se torna possível estabelecer trocas linguísticas com esse outro. Uma citação do artigo “Natureza dos Pronomes”, parece ser bastante pertinente, lançando, ao mesmo um interrogante para um próximo artigo: a noção de hábito linguístico em perspectiva enunciativa. Vejamos:

O hábito nos torna facilmente insensíveis a essa diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício do indivíduo. Quando o indivíduo se apropria dela, a linguagem se torna em instância de discurso, caracterizada por

esse sistema de referências internas cuja chave é *eu*, e que define o indivíduo pela construção linguística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor. (Benveniste, 1989, p. 281)

## Referências

BADIR, Semir; POLIS, Stéphane; PROVENZANO, François. Benveniste serait-il aujourd'hui un linguiste de l'énonciation? In: DUFAYE, Lionel; GOURNAY, Lucie. *Argument au colloque Les théories de l'énonciation: Benveniste cinquante ans après*. Disponível em: <[www.univ-paris-est.fr/fr/actualites/document-1203.html](http://www.univ-paris-est.fr/fr/actualites/document-1203.html)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

BENVENISTE, Émile. Saussure após meio século. In: \_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 34-52.

\_\_\_\_\_. A natureza dos pronomes. In: \_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 279.

\_\_\_\_\_. Dom e troca no vocabulário indo-europeu. In: \_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 348-360.

BENVENISTE, Émile. Semiologia da língua. In: \_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1990, p. 43-67.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. . In: \_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1990, p. 81-92.

\_\_\_\_\_. Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In: \_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1990, p. 93-104.

BENVENISTE, Émile. A hospitalidade. In: \_\_\_. *O vocabulário das instituições indo-europeias: vol I. Economia, parentesco, sociedade*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 87-102.

\_\_\_\_\_. Cidades, comunidades. In: \_\_\_. *O vocabulário das instituições indo-europeias: vol. I. Economia, parentesco, sociedade*. Campinas, SP: Pontes, 1995, p. 357-367.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 1998.

DURANTI, Alessandro. *Antropologia linguística*. Trad. Pedro Tena. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

DUFOUR, Dani Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*. Porto Alegre. v. 36. n. 4, p. 7-67, 2001.

\_\_\_\_\_. Por que gosto de Benveniste? *Desenredo*. Passo Fundo. v. 1, n. 2, p. 127-138, jul-dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Notas para uma releitura da teoria enunciativa de Benveniste. In: \_\_\_. *O sentido na linguagem*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 149-165.

\_\_\_\_. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir; SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Sonia; WEIGERT, Thais. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: \_\_\_\_\_. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 60-76.

KUHN, Tanara. *Princípios de análise enunciativa de fatos de língua*. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

MELLO, Vera Helena Dentee de. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. 2012. 145f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste: hypothèse ou reverie. In: \_\_\_\_\_. *Allegro ma non troppo*. Invitation à la linguistique. Paris: Ophrys, 2006, p. 71-79.

\_\_\_\_\_. O CLG: uma epistemologia e uma metodologia. In: \_\_\_\_\_. *Saussure*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 83-112.

SAUSSURE. Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Silvana. *Enunciação e sintaxe: uma abordagem das preposições do português*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. Uma descrição linguística que sirva para nos comprometer: ensaio de uma leitura antropológica da linguística da enunciação. *ReVEL*, edição especial n. 11, 2016.

SILVA, Silvana; BARROS, Simone. A assunção da semiologia da língua em Benveniste como resposta às relações entre linguística e semiologia no projeto de Saussure. In: PINHEIRO, Clemilton; LIMA, Maria Hozanete (Orgs.). *Diálogos: Saussure e os estudos linguísticos contemporâneos*, v. II. Natal: UFRN, 2015.

TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise*. Elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

Artigo recebido em: 18/08/2016.

Artigo aceito em: 10/10/2016.

Artigo publicado em: 23/12/2016.